

AVOZ

DO NORDESTE

Esta edição é parte integrante do Jornal Nordeste e não pode ser vendida separadamente

Castanha sem financiamento

Plano de Reforço da Fileira da Castanha (REFCAST) sem verbas no âmbito do PRODER. Investimento de 80 milhões de euros na gaveta

Entrevista

Manuel Cardoso
Director Regional de Agricultura



"Algumas associações têm baixado a qualidade dos serviços"

Finanças

Empresas obrigadas a certificar facturação



Novas regras entram em vigor em 2013

Apicultura

Polinização natural em Trás-os-Montes



Zonas de soutos são procuradas pelos apicultores

CURSOS DE APRENDIZAGEM 2012

Equivalência ao 12º Ano

Qualificação Profissional Nível 4

INSCRIÇÕES ABERTAS – Horário Laboral

Saídas Profissionais:

Técnico/a de Multimédia

Técnico/a Comercial

Técnico/a de Vendas

Técnico/a de Logística

Técnico/a de Contabilidade

Técnico /a de Informática-Sistemas

Programador /a de Informática

Programador /a de Informática-Instalação e Gestão de Redes

Técnico/a de Turismo Ambiental e Rural

REGALIAS: Apoios mensais até ao máximo de 70% do IAS: bolsas de profissionalização e material estudo; apoio a deslocação ou alojamento; subsídio de alimentação e acolhimento.

DESTINATÁRIOS: Idade entre 15 e 24 anos; 9º ano de escolaridade(3º ciclo do ensino básico) ou habilitação superior ao 9º ano sem conclusão do ensino secundário.

Informações

Rua Professor Doutor Gonçalves Rodrigues 5300-238 - Bragança

Telefone : +351 273331434 – 934571293 Fax : +351 273324473

E-mail : info@ensibriga.pt

www.ensibriga.pt



Formações Modulares Financiadas

INSCRIÇÕES ABERTAS

ÁREAS DE FORMAÇÃO:

- 341 - Comércio
- 342 - Marketing e Publicidade
- 344 - Contabilidade e Fiscalidade
- 346 - Secretariado e Trabalho Administrativo
- 347 - Enquadramento na Organização
- 481 - Ciências Informáticas
- 812 - Turismo e Lazer
- 862 - Segurança e Higiene no Trabalho

HORÁRIO: Laboral e Pós-Laboral

REGALIAS:

- . Subsídio de Alimentação (4,27 €/dia)
- . Certificado de Formação Profissional
- . Bolsa de Formação adaptada ao perfil do candidato

DESTINATÁRIOS:

- . Ativos Empregados
- . Desempregados
- . Idade igual ou superior a 18 anos

Informações

Rua Professor Doutor Gonçalves Rodrigues
5300-238 - Bragança
Telefone : +351 273331434
Fax : +351 273324473
E-mail : info@ensibriga.pt



“Algumas associações têm baix

Os apoios para as explorações agrícolas vão reabrir este mês e há cada vez mais jovens a procurar na agricultura uma oportunidade para contornar a crise. Numa altura em que se fala cada vez mais na profissionalização do sector, o director regional de Agricultura do Norte, Manuel Cardoso, sublinha que o futuro da região está na agricultura.



Voz do Nordeste (VN) – Qual a percentagem actual de agricultores com formação na região de Trás-os-Montes?

Manuel Cardoso (MC) – É reconhecido a nível nacional o esforço da região na actualização dos seus activos agrícolas, estando o volume de formação per capita acima da média do País.

Nas últimas duas décadas a oferta formativa evoluiu de uma formação promovida e orientada pelo Estado para uma formação orientada pelo mercado e pelo sector produtivo.

Desde 2007, realizaram-se na região Norte 1175 cursos, tendo sido realizados 537 acções de formação na região de Trás-os-Montes (TM) e 638 na região de Entre Douro e Minho (EDM). Estas acções de formação envolveram 16 411 formandos (7 559 em TM e 8852 no EDM), num total de 99.470 horas de formação (51.325 em Trás-os-Montes e 48145 no EDM).

Se considerarmos que segundo o RA2009 esta região Norte tem uma população agrícola familiar de 302 117, estando 151 529 indivíduos na região de TM (19 por cento da população e 36 por cento da população residente) e 150 588 no EDM (19 por cento da população e 5 por cento da população residente), podemos deduzir que ainda há necessidade de promover formação a muitos empresários, para além da necessária formação para conhecimento das melhores práticas agrícolas.

Contudo, a região depara-se com cerca de 27% (RA2012) desta sua população a trabalhar apenas a tempo parcial, o que limita o acesso à formação, ou a disponibilidade para a frequentar.

VN – Mesmo assim é preciso desenvolver mais a área de formação para agricultores?

MC – Apesar do esforço financeiro dos últimos anos, constata-se a necessidade de continuar a privilegiar o desenvolvimento e o aperfeiçoar das competências dos activos e dos potenciais activos.

“Há dinheiro disponível no PRODER para apoiar iniciativas e há sectores a necessitar de inovação e empreendedorismo”.

Não nos podemos esquecer que cerca de 95 por cento da população activa do sector primário a nível nacional possui apenas o 1.º Ciclo do Ensino Básico e tem em média 63 anos (RA2012) e que 90 por cento dos dirigentes das unidades produtivas é exclusivamente prática. Apenas 4 por cento dos activos agrícolas a nível nacional possuem formação superior e outros 4 por cento têm formação secundário/Pós-secundário.

A formação tem incidido apenas em áreas que exige a frequência de uma acção de formação, como os cursos de Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos, Distribuição e Comercialização de Produtos Fitofarmacêuticos ou Mecanização Agrícola.

Seria importante o maior envolvimento das universidades na formação dos activos agrícolas.

VN – A profissionalização da agricultura é a chave para este sector ganhar mais força na região de Trás-os-Montes?

MC – A profissionalização da agri-

cha técnica ficha técnica ficha técnica ficha técnica

A VOZ
DO NORDESTE

Coordenação e Redacção – Teresa Batista

Colaboradores – José Mário Leite | António Verdelho | Susana Ferreira dos Santos | Luís Frólén Ribeiro

Produção – João Paulo Afonso | Marketing – Bruno Lopes

xado a qualidade dos serviços”

cultura certamente que passa por uma maior disponibilidade à actividade e consequentemente uma melhor identificação das oportunidades e dos sinais do mercado.

Profissional pode não ser o que dedica 100 por cento do seu tempo à actividade, mas o que se envolve a 100 por cento na actividade.

VN – A crise pode ser uma oportunidade para muitos jovens qualificados apostarem em projectos agrícolas?

MC – Sem dúvida. Ainda por cima por que há dinheiro disponível no PRODER para apoiar iniciativas e há sectores a necessitar de inovação e empreendedorismo. Há sectores que estão há muitos anos agarrados a práticas e hábitos de rotina e que carecem de inovação urgente.

Gente qualificada pode espreitar por janelas de oportunidade precisamente em campos em que outros estão em crise.

VN – Este ano, instalaram-se novos jovens agricultores na região? Quantos?

MC – Durante este ano e até ao momento instalaram-se cerca de 400

“Estamos até a agendar acções para divulgação e esclarecimento a ver se melhoramos a prestação das associações e gabinetes”.

jovens agricultores, prevendo-se até ao fim do ano e tendo em consideração o número de projectos que estão em análise e decisão a instalação de bastantes mais.

O volume de investimento que isto representa é da ordem das centenas de milhões de euros e das dezenas de milhões para o valor subsidiado. Vemos, assim, que neste sector há entrada de dinheiro na região, muito dinheiro...

VN – Há associações do distrito que se queixam de estar a trabalhar a meio gás devido à suspensão do PRODER. A partir de quando é que os projectos agrícolas vão voltar a ter apoios fi-

nanceiros através de fundos comunitários?

MC – As associações neste mo-

mento só poderão queixar-se de si próprias. Têm baixado muito a qualidade de serviço prestado aos



agricultores, para quem fazem os projectos e há dificuldades que reflectem uma grande falta de preparação e profissionalismo da parte de algumas.

Estamos até a agendar acções para divulgação e esclarecimento a ver se melhoramos a prestação das associações e gabinetes.

Muitas vezes nem entregam os processos devidamente ordenados, de acordo com um simples índice. Depois invocam que há demoras da nossa parte e exigências demais. Ora, hoje em dia as exigências são as mínimas necessárias para que esteja tudo em ordem para ser auditado externamente e para que os processamentos de pagamentos possam ser transparentes e céleres. Os projectos agrícolas têm tido apoio financeiro em contínuo, nomeadamente para a instalação de jovens agricultores e apoio aos pequenos investimentos. Não se tem estado parado. Em Outubro irá reabrir o apoio às explorações agrícolas em geral, a chamada medida 111.

VN – Quais as áreas prioritárias em termos de financiamento no âmbito do PRODER?

MC – As áreas preferidas têm sido a horticultura; produtos com denominação protegida; azeite; fruticultura e vinho, pecuária extensiva e, actualmente, existe um concurso só para o leite. Mas hoje está a dar-se oportunidade a todos os projectos. Há muitos relacionados com pequenos frutos, como cogumelos.

Mas não devemos pensar apenas no PRODER. Os programas de reconversão e reestruturação de vinhas tem tido enorme adesão e sucesso e tem reflectido uma aposta em elevados padrões de qualidade e preocupação de mercado, uma atitude fundamental para o futuro.

VN – Qual o futuro da agricultura em Trás-os-Montes?

MC – Fantástico, como em todo o Norte. Nunca haverá futuro sem agricultura. E já se nota uma nova atitude para com o campo. Será do campo que virá cada vez mais o nosso turismo, a nossa comida e a nossa vida.

Parque do Castanheiro vai nascer em Vinhais

Parceria entre a ARBOREA e o município deverá ser firmada durante a Rural Castanea, no último fim-de-semana de Outubro

Vinhais vai acolher um Parque do Castanheiro, um projecto inovador em toda a Europa.

O objectivo é aliar o turismo ao valor económico da castanha, não esquecendo a investigação necessária para desenvolver esta cultura na região.

O presidente da Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria - ARBOREA, Eduardo Roxo, explica que o Parque do Castanheiro não é mais do que um campo experimental, que integra uma vasta área de soutos, aliado a um centro de interpretação com explicações para os turistas, que envolve diversos parceiros locais.

Para já a ARBOREA está a desenvolver este projecto com a Câmara de Vinhais, mas o objectivo futuro é que este parque seja alargado para Bragança. Neste sentido, já foram encetados contactos com a autarquia local e o Instituto Politécnico de Bragança, que poderá dar um forte contributo ao nível da investigação, uma vertente mais direccionada para os produtores de castanha, que, actualmente, têm como principais inimigos a doença da tinta e o cancro



do castanheiro.

“A instalação do Parque do Castanheiro tem que ter dimensão, identificar o maior número de variedades, estar devidamente ordenado e mostrar as variedades e as características dos castanheiros”, enumera Eduardo Roxo.

A ideia é que este campo experimental apresente uma imagem panorâmica sobre todos os soutos do concelho de Vinhais.

O turismo é a componente forte deste projecto, que pretende ir mais além daquilo que existe actualmente.

Fortalecer o turismo

“Até agora há a Rota Europeia do Castanheiro, mas existem, apenas, umas tabuletas a indicar que ali é a rota do castanheiro. O que nós pre-

tendemos é ter essa mesma rota, mas com conteúdo, para que as pessoas fiquem informadas sobre tudo que está à volta do castanheiro”, salienta o presidente da ARBOREA.

Entre as actividades que vão ser organizadas destaque para a Festa da Flor do Castanheiro, com roteiros devidamente organizados, que permitam a vinda de turistas à região e a sua permanência durante vários dias.

“Pensamos que ao nível turístico, económico e técnico-científico vai ser um grande contributo para a região”, enaltece Eduardo Roxo.

Para já ainda não há uma data para a implementação do Parque do Castanheiro, tendo em conta que o projecto vai ser candidatado a fundos comunitários. Mesmo assim, Eduardo Roxo gostaria que estivessem reunidas todas as condições para a sua apresentação durante a Rural Castanea, que este ano está marcada para o último fim-de-semana de Outubro.

12 mil hectares de castanheiros

A área de soutos nos concelhos de Vinhais, Bragança e Vimioso tem vindo a aumentar.

A constatação é do presidente da ARBOREA, que diz mesmo que já começa a haver jovens a apostar no cultivo do castanheiro. “A maioria são agricultores idosos, mas já aparecem alguns jovens. E com a crise a agricultura pode ser uma oportunidade para as gerações mais novas”, constata Eduardo Roxo.

Actualmente, estão concentrados nos concelhos de

Vinhais, Bragança e Vimioso cerca de 12 mil hectares de soutos. “As plantações têm aumentado muito. Desde há 10 anos para cá houve um aumento de cerca de 3 mil hectares”, realça o presidente da ARBOREA.

Eduardo Roxo enaltece o papel social do castanheiro, que é uma árvore cultivada pela maioria dos agricultores transmontanos. “90 por cento dos agricultores têm castanheiro” conclui o presidente da ARBOREA.

REFCAST sem financiamento

Programa de Desenvolvimento Rural sem verbas para apoiar projecto que pretende revolucionar os soutos transmontanos

Apresentado em 2009, o Plano de Reforço da Fileira da Castanha (REFCAST) pretende aumentar a área de soutos em toda a zona transmontana de produção de castanha. Três anos depois, o projecto ainda não conseguiu financiamento no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural - PRODER.

A Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria – ARBOREA é um dos parceiros do REFCAST, coordenado pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), e é com tristeza que o presidente da associação vê o adiamento deste projecto, que considera fundamental para valorizar a castanha e os soutos da região.

“Depois de anos de trabalho, dizem que não há verba. Porque é que o sobreiro e o pinheiro recebem



apoios e têm legislação própria e o castanheiro não tem?”, questiona Eduardo Roxo.

De recordar que a candidatura envolve uma verba de 80 milhões de euros, destinados a dinamizar o sector, desde a preparação dos terrenos para os soutos até à colocação do produto na mesa.

José Laranjo, investigador da UTAD

e coordenador do REFCAST, afirma desconhecer os motivos que travaram o financiamento a este projecto. “Teve apoio técnico, político, mas faltou o mais importante. Este apoio sucedeu com o anterior ministério e já sucedeu com o atual. Não acreditaram e contribuíram para um atraso no plano de relançamento da cultura”, lamenta o investigador.

Falta castanha

Com a implementação do REFCAST, Portugal passará a ser, através de Trás-os-Montes, o maior produtor de castanha em todo o mundo. “O mercado de exportação da castanha portuguesa tem um enorme potencial de crescimento, só que não há castanha que chegue. Era necessário fazer algo que ajudasse a acelerar o ritmo de crescimento das plantações e melhoria dos soutos existentes”, defende José Laranjo.

Entretanto o consórcio, transformou-se na Rede Portuguesa de Cooperação da Castanha, que permite manter os principais intervenientes interligados e articular acções conjuntas.” Recentemente organizámos a participação portuguesa no III Encontro Europeu da Castanha. Coordenamos a elaboração do livro “Castanheiros. Técnicas e práticas”. Somos membros fundadores da Sociedade Europeia da Castanha em representação de Portugal”, enumera o investigador.

Entretanto, José Laranjo, garante que os intervenientes estão a melhorar a sua organização, para poderem apresentar uma nova candidatura a fundos comunitários em tempo oportuno.

Equipas de apoio ao castanheiro

ARBOREA quer profissionalizar equipas de sapadores para ajudarem os agricultores a tratar e a gerir os soutos

Formar sapadores para darem apoio aos agricultores na plantação, tratamento e gestão dos soutos. Esta é a mais recente aposta da Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria – ARBOREA.

As duas equipas de sapadores que intervêm no concelho de Vinhais, já prestam serviço ano nível da plantação, enxertia e alguns desbastes, mas o objectivo é que passem a estar habilitados para limpar os casta-

nheiros na íntegra.

“Os sapadores já tiveram alguma formação, mas é preciso completá-la, para que se tornem em equipas de intervenção no souto. Para fazer os desrame das árvores é preciso actuar com segurança”, realça o presidente da ARBOREA.

Cada equipa é composta por cinco elementos e o objectivo é que estejam ao lado dos proprietários dos soutos, muitos deles já com idade avançada e sem condições para efectuarem este trabalho. “Há falta de mão-de-obra profissionalizada a este nível. Por isso, pensamos que vamos dar uma grande ajuda aos agricultores”, constata Eduardo Roxo.

Estas equipas também irão fazer formação fitossanitária, para aju-

darem os agricultores a combater a praga das doenças.

Eduardo Roxo diz que a tinta e o cancro são as principais doenças que afectam, actualmente os soutos. E nem as novas variedades conseguem erradicar este problema. Os castanheiros híbridos são mais resistentes à doença da tinta, mas acabam por ser mais sensíveis ao cancro.

Por isso, a investigação é essencial para ajudar os agricultores transmontanos a manterem os soutos saudáveis.

“Cada vez mais os castanheiros necessitam de um tratamento regular e contínuo por pessoas com formação nesta área”, realça Eduardo Roxo. O presidente da ARBOREA defende, ainda, a aposta no associativis-



mo, para combater as doenças do castanheiro. “Não vale a pena eu tentar combater sozinho a doença se o vizinho do lado não o faz. Porque por muito cuidado que tenha sozinho não consegue salvar os seus castanheiros”, conclui Eduardo Roxo.

Agrupar para reinar

Zonas de Intervenção Florestal não devem servir, apenas, para situações onde não consegue entrar o banco de terras

As Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) estão esvaziadas de competências, mas não devem servir de recurso para situações em que o banco de terras se revele infrutífero. Quem o diz é o presidente da Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria – ARBOREA, Eduardo Roxo, que defende uma complementaridade entre agrupamentos, ZIF e os recentes bancos de terras anunciados pelo Governo.

“A legislação e as orientações administrativas que foram dadas foram atraíndo o verdadeiro espírito das ZIF, que pretendem ultrapassar a pequena parcela e cobrir toda uma área”, realça Eduardo Roxo.

O responsável não aceita que as ZIF sejam substituídas pelo banco de terras. Esta nova modalidade anunciada pelo Governo para travar o abandono dos campos tem prós e contras. “Os bancos de terras têm uma outra capacidade para seduzir os proprietários através do contrato de arrendamento, mas aí há alguma dificuldade, porque na nossa zona há o receio de arrendar as terras por muito tempo, por medo de perder



os direitos”, alerta o presidente da ARBOREA.

Este pode ser um problema para quem quiser arrendar terras para apostar na floresta. É que este tipo de plantações exige contratos de arrendamento acima dos 20 anos, o que em muitos casos pode ser motivo para os proprietários recuarem na hora de arrendar.

“Se for para reduzir o campo das ZIF penso que não são benéficos. Ficar sem as terras na nossa zona tem um impacto forte em termos sociais. O banco tem uma perspectiva

mais industrial e procura uma solução económica”, realça Eduardo Roxo.

“Conflitos geram incêndios”

O responsável concorda que é preciso criar alternativas ao minifúndio e a agregação de terras pode ser uma solução razoável para os pequenos proprietários ganharem dimensão.

O presidente da ARBOREA elogia a filosofia da ZIF no combate às pe-

quenas parcelas, mas não entende que existindo a figura da entidade gestora, que é obrigatória, esta tenha, apenas, a missão de incentivar e dialogar com os proprietários, e sejam estes chamados, isoladamente, a responder pela sua área.

“Como isso não deu grandes resultados, agora o Governo fala nos bancos de terras. Mas uma coisa não deve substituir a outra. O ideal é que se complementem”, defende Eduardo Roxo.

O responsável lembra que uma das preocupações da ARBOREA é a preservação do Ambiente e lembra que só ganhando escala é possível planear e manter a floresta limpa, para prevenir o flagelo dos incêndios.

Eduardo Roxo vai, ainda, mais longe e diz mesmo que as equipas do Parque Natural de Montesinho (PNM) têm um papel fundamental nesta matéria. Mas para isso é preciso diálogo e sensibilidade para lidar com as populações integradas na zona do Parque.

“Muitos incêndios resultam dos conflitos entre as equipas do PNM e os proprietários das terras”, acredita Eduardo Roxo.

Valorização da madeira

A região tem madeiras de qualidade, mas é preciso continuar a apostar na valorização das madeiras.

Em Vinhais já foi criada uma serração, a Ecolignum, que transforma a madeira, dando-lhe mais valor do que quando é comercializada em bruto.

Eduardo Roxo lembra que esta é a única empresa na região a valorizar a madeira, que deve ser um recurso valorizado pelos proprietários da floresta.

“Eu costumo dizer que temos madeiras de qualidade, mas nem sempre lhe damos o devido valor”, realça

o responsável.

O presidente da ARBOREA dá o exemplo do carvalho negral, que antes era usado, apenas, para lenha, e hoje ganhou o estatuto de madeira nobre.

“O objectivo da Ecolignum é que a madeira saia daqui valorizada”, sublinha Eduardo Roxo.

O responsável vai mais longe e diz mesmo que a empresa de transformação de madeiras “pode ter um papel importante ao nível do surgimento de novas plantações na região”.

15 anos a valorizar o Mundo Rural

ARBOREA promove o associativismo em prol da floresta e dos seus proprietários

Constituída em Setembro de 1997, a ARBOREA – Associação Agro-Florestal e Ambiental da Terra Fria Transmontana tem como missão promover o associativismo em prol da floresta e dos seus proprietários, de forma a valorizar o meio rural.

A associação de âmbito regional abrange os concelhos de Bragança, Vinhais e Vimioso, onde dá apoio aos cerca de 500 associados.

É associada da Forestis – Associação Florestal de Portugal, reconhecida como Organização de Produtores Florestais (OPF) de âmbito municipal registada e Fornecedor de Materiais Florestais de Reprodução Licenciado, desde 2006.



Desde o início de 2010 detém o estatuto de Equiparada a ONGA, no Registo Nacional das Organizações Não-Governamentais de Ambiente (ONGA) e Equiparadas.

Dos objectivos da ARBOREA faz parte a elaboração de um Plano de Gestão e Defesa da Floresta nos concelhos da sua área de actuação, a organização dos Proprietários Agro-Florestais (privados e baldios)

e dinamizar a constituição de Agrupamentos de Produtores Florestais, para melhorar a gestão e defesa da floresta.

Unir as estruturas regionais

Contribuir para a formação e informação dos proprietários Agro-Florestais, fomentar a elaboração de

projectos de florestação e beneficiação de florestas, bem como de infra-estruturas florestais são, igualmente, prioridades da associação.

Ao longo dos anos, é ainda notório o reforço da cooperação institucional entre municípios, juntas de freguesia, cooperativas agrícolas, corporações de bombeiros, técnicos agro-florestais e outras entidades que permitam assegurar uma efectiva prestação de serviços de gestão e defesa da floresta. O presidente da direcção da ARBOREA, Eduardo Roxo, sublinha, ainda, o apoio aos associados na valorização dos seus recursos agro-florestais e a sua representação junto da Administração Pública e de organizações Agro-Florestais similares de âmbito regional ou nacional.

A associação dá, ainda, apoio aos sócios ao nível das negociações com outros parceiros da fileira florestal.

Contactos:

Vinhais - Sede

Morada:

**Casa do Povo, Largo do Tournal
5320-311 Vinhais**

Telefone/Fax: **273 770 070**

Bragança - Núcleo

Morada:

**Casa do Lavrador
Apartado 1030, 5300 Bragança**

Telefone/Fax: **273 327 451**

E-mail: arboreanucleo@mail.telepac.pt



Centro de reprodução de animais em Vinhais

Associação de Criadores de Raça Bísara quer um espaço para reproduzir animais de raça pura

A construção de um Centro de Recria e Melhoramento da Raça Bísara é um dos objectivos da associação que defende e preserva esta raça autóctone.

O objectivo é concentrar no mesmo espaço uma linha de reprodução de animais de raça pura e uma estrutura de inseminação. "Neste momento fazemos inseminação, mas o sémen dos nossos animais vem de dois centros que estão no sul do País. Esse é um serviço que podia estar aqui", realça Carla Alves, da Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara (ANC-

SUB).

A associação já tem um terreno cedido pela Câmara de Vinhais para instalar este projecto.

Carla Alves diz que surgem cada vez mais projectos para a instalação de explorações de animais de raça bísara. Por isso, é fundamental continuar a apostar no melhoramento dos animais. "O objectivo é sermos nós a criar os porcos para colocarmos nas explorações", enfatiza a técnica da associação.

Quem se instala agora pela primeira vez aposta em projectos de grandes dimensões. "São sempre para cima de 20 porcas reprodutoras", garante Carla Alves.

Esta nova realidade leva a ANCSUB a delinear novas formas de comercialização, que passam pela criação de novos canais de distribuição de carne fresca de porco bísaro.



"A união faz a força"

"É tempo de dar mais algumas garantias aos produtores de que trabalhando com a raça bísara o seu escoamento está garantido. Em Vinhais isso tem sido conseguido, porque a maioria trabalha com a raça para a produção de fumeiro, que tem procura e tem escoamen-

to", realça a técnica da associação. O problema é comercializar a carne fresca. Carla Alves defende, ainda, o estabelecimento de parcerias entre associações e agrupamentos de produtores de outras raças autóctones da região para chegarem ao mercado com custos mais reduzidos e conseguirem conquistar novos mercados.



Dr. Pinho de Andrade

OFTALMOLOGISTA

= Consultas e Cirurgia =



Tel.: 273 332 130 - Fax: 273 332 132 geral@cebrigantina.com

Raça bísara ganha fama e estatuto

Associação recuperou raça autóctone que estava praticamente extinta e aposta na sua promoção e valorização

Recuperou uma raça em vias de extinção, que ganhou fama graças ao sucesso do tradicional fumeiro de Vinhais. A Associação Nacional de Criadores de Suínos de Raça Bísara (ANCSUB), sediada em Vinhais, tem vindo a crescer e acompanha, actualmente, cerca de 320 associados em todo o País.

“A maioria dos criadores são do concelho de Vinhais, mas temos associados noutras zonas do País a norte do rio Tejo, nomeadamente no Minho, noutros concelhos de Trás-os-Montes, Beira Litoral, Beira Interior e Ribatejo”, realça a secretária técnica do Livro Genealógico da Raça Bísara, Carla Alves.

O melhoramento e conservação da raça é um dos projectos da ANCSUB.

Diariamente técnicos da associação visitam as explorações, para dar apoio aos criadores que teimam em preservar esta raça de suínos.

“A maior dificuldade é termos muitas pequenas explorações e a maior parte dos criadores não estão vocacionados para este tipo de trabalho, porque em Trás-os-Montes sempre tivemos suiniculturas mais tradicionais e os agricultores estão mais habituados a outro tipo de explorações, como por exemplo de bovinos”, constata Carla Alves.

Mesmo assim, a raça bísara foi-se afirmando ao longo dos anos e, actualmente, o efectivo ronda as 3 mil porcas reprodutoras, distribuídas por 120 explorações.

Efectivo em crescimento

Carla Alves recorda os entraves que encontrou em 1995, quando criou a associação. “Fizemos um trabalho exaustivo no terreno. Criámos um centro de recria na zona do Cachão.



Se não fosse este trabalho actualmente esta raça estava extinta”, realça a responsável.

Carla Alves enaltece o apoio que a Câmara de Vinhais tem dado a esta raça, inicialmente para a construção de pocilgas licenciadas e, mais tar-

de, para a construção de cozinhas de fumeiro regional. “Temos cerca de 150 explorações suinícolas licenciadas. É um número recorde. Também temos cerca de 20 cozinhas, que a Câmara apoiou e licenciou. E a partir daí nasceram as unidades industriais. O próprio Matadouro de Vinhais tem uma linha para abate de suínos e é o único nesta zona que chamusca o porco, o que se traduz numa maior qualidade da carcaça”, salienta a secretária do Livro

Genealógico. A fama que o fumeiro de Vinhais ganhou no mercado também tem contribuído para a expansão desta raça autóctone. “Ao contrário das outras raças, nesta o número de animais tem aumentado”, conclui Carla Alves.

ANCSUB - 273 771 340
 ancsub@mail.telepac.pt - www.porcobisaro.net

Carla Alves - Secretária Técnica do Livro Genealógico da Raça Bísara
 937 822 933
 Pedro Fernandes - Eng.º Zootécnico
 937 822 944
 Márcia Canado - Médica Veterinária
 937 822 966

PORCO BÍSARO, FUTURO COM TRADIÇÃO.

ANCSUB - 273 771 340
 ancsub@mail.telepac.pt - www.porcobisaro.net

Carla Alves - Secretária Técnica do Livro Genealógico da Raça Bísara
 937 822 933
 Pedro Fernandes - Eng.º Zootécnico
 937 822 944
 Márcia Canado - Médica Veterinária
 937 822 966

PORCO BÍSARO, FUTURO COM TRADIÇÃO.

Jovens apostam em negócios na agricultura

Explorações agrícolas familiares estão a ser profissionalizadas pelas gerações mais novas

O Programa de Desenvolvimento Rural – PRODER está a contribuir para o surgimento de novos negócios na área da Agricultura. Muitos dos empresários são jovens, que apostam na formação para melhor conhecerem o sector.

Segundo os dados disponibilizados pelo Centro de Formação Agrícola de Malhadas (CFAM), no concelho de Miranda do Douro, o desenvolvimento de 19 acções do PRODER para jovens agricultores, entre 2010 e 2012, com apresentação de projectos agrícolas, foram frequentadas por 350 formandos. “Podemos assim considerar que ainda há muitos jovens a tentar na agricultura uma oportunidade de negócio”, salienta a responsável do CFAM, Susana Barroso.



Além disso, 61 por cento dos formandos que frequentaram cursos profissionais no CFAM, no ano passado, trabalhavam no sector agrícola. “O objectivo desta formação, no âmbito do Programa Operacional

Potencial Humano, era aumentar as suas qualificações”, realça Susana Barroso.

Criado em 1998, o CFAM desenvolveu, até ao final do ano passado, 432 acções, que foram frequentadas por 5921 pessoas.

Jovens regressam à terra

Em Malhadas, as acções de formação estão mais direccionadas para a Produção Agrícola e Animal, Silvicultura e Cinegética e Jardinagem e Espaços Verdes.

Susana Barroso realça que todos os formandos que frequentaram as acções de formação no âmbito do PRODER são jovens que tinham projectos de investimento submetidos para a criação da própria empresa. “A maioria dos formandos são pessoas que já trabalham no sector. A perspectiva é mais na óptica da maximização dos recursos da exploração agrícola, implementação de novas técnicas de produção, que leva a um aumento da rentabilidade da actividade”, realça a responsável. Susana Barroso afirma que houve um aumento significativo de inscrições e realça que alguns dos formandos são pessoas que regressaram à terra de origem.

A tendência, segundo a responsável, é que os jovens fiquem com as explorações agrícolas familiares, depois de adquirirem competências profissionais.

O Centro de Formação Agrícola de Malhadas (CFAM), gerido pela Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP), iniciou a sua actividade no âmbito do protocolo assinado com a Direcção Regional de Agricultura de Trás-os-Montes em Outubro de 1998. Tendo o CFAM como principal objectivo a promoção de acções de formação profissional, especialmente dirigidos para o sector agro-florestal, é sua preocupação constante o aumento da qualidade da formação, nomeadamente na diversificação e na inovação do sector agrícola de forma a promover a competitividade no mercado nacional e europeu actual. O CFAM promove a aproximação entre a formação e a procura, desenvolvendo formação em parceria com diversas entidades locais e regionais, sensibilizando os agentes económicos para as vantagens da formação. O CFAM foi responsável pela execução de 432 acções de formação, envolvendo 5921 formandos.

Plano de Formação 2012

Formação Educação e Formação de Adultos:

- Técnicos de Mesa e Bar (NS)
- Técnicos de Jardinagem e espaços verdes (NS)
- Técnicos de Gestão Cinegética (NS)
- Operador Apícola (B3)
- Sapador Florestal (B3)

Formação Modular Certificada:

- Agroturismo
- Aplicação de Produtos fitofarmacêuticos
- Apicultura
- Azeite
- Boas práticas agrícolas e ambientais
- Colheita de cogumelos silvestres
- Cultura do Castanheiro
- Culturas Hortícolas
- Poda e enxertia em fruticultura
- Higiene e saúde no trabalho agrícola
- Operador de transformação de carnes



Centro de Formação Agrícola de Malhadas;
5210-150 Malhadas

Telefone: 273417445/273417085; T

Telemóvel: 919983426 / 925982034; Fax: 273417345

e-mail: secretaria@capmalhadas.com

www.capmalhadas.com



Cursos de Especialização de Técnicos do Setor Agrícola

Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos - 91h
 Atualização em Distribuição, Comercialização e Aplicação de Produtos Fitofarmacêuticos - 35h
 Aperfeiçoamento em Máquinas e Equipamentos de Tratamento e Proteção de Plantas - 35h
 Produção Integrada em Oliveira(Completo, II e III, e III) - 168h, 114h e 48h
 Produção Integrada em Vinha(Completo, II e III, e III) - 168h, 114h e 48h
 Agricultura Biológica - 140h
 Técnicos de Micologia - 61h
 Gestão de Empresa Agrícola - 140h

Ações Co Financiadas pelo Estado Português e União Europeia



Cursos de Aprendizagem

Técnico(a) Comercial
 Técnico(a) de Informática-Sistemas
 Técnico(a) de Instalações Eléctricas
 Técnico(a) de Mesa / Bar

Destinatários
 Jovens com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos,
 com o 9º ano concluído ou menos que o 12º ano.

Regalias
 Apoios Mensais até ao máximo de 70% do IAS (293.45€)

Estes cursos conferem o 12º e uma qualificação profissional de nível 4 do Quadro Nacional de Qualificações com possibilidade de acesso ao Ensino Superior



Ações Co Financiadas pelo Estado Português e União Europeia



Cursos Certificados de Acesso a Profissões

Formação Pedagógica Inicial de Formadores - 90h
 Técnicos Superiores de Segurança e Higiene do Trabalho - 540h
 CAM - Certificação de Aptidão de Motoristas - Formação Contínua - 35h
 Coaching - Cursos de Certificação Internacional - de 61h a 573h

Gestão da Segurança no Trabalho* - 31h
 Higiene e Segurança no Trabalho* - 105h

* Cursos para a renovação do CAP de TSSHT

Cursos Intensivos de Línguas

Inglês, Francês, Espanhol e Alemão

Destinatários
 Crianças, Jovens e Adultos

Inscrições até 30 de Setembro - 20% de desconto

Tipologias
 Cursos para Fins Específicos
 (Turismo, Saúde, Negócios)
 Certificação de Nível
 Cursos à Medida
 (Inicial e Avançado)
 Conversação

Formação Modular Certificada

Horário Pós Laboral

Destinatários
 Activos empregados, desempregados ou do sector agrícola com idades compreendidas entre os 18 e os 64 anos
 Todos os graus de Escolaridade

Ações Co Financiadas pelo Estado Português e União Europeia



Polinização natural do castanheiro

Apiários colocados em zonas de souto contribuem para o aumento da produção de castanha e produzem mel de qualidade

Os benefícios da polinização na agricultura são cada vez mais reconhecidos. Por isso, a Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho (AAPNM) está a apostar no planeamento desta actividade, para incentivar os apicultores a instalar colemeias em zonas onde possam tirar benefícios da vegetação e, ao mesmo, contribuir para a polinização de árvores e plantas. A colocação de apiários nas pro-



ximidades dos soutos é um dos exemplos da polinização natural que ocorre na região. “Nunca houve como tradição localizar apiários para fazer exclusivamente a poli-

nização, porque não há agricultura intensiva. O que se verifica é que a área onde estão os soutos é muito procurada para a instalação de colemeias”, constata o presidente da

AAPNM, Manuel Gonçalves.

Esta tendência deve-se ao facto de, tanto os apicultores, como os proprietários dos soutos, tirarem proveito com a polinização. “Ou seja, ganha o produtor de castanha que aumenta a qualidade e quantidade do fruto e ganha o produtor de mel que produz um mel de elevada qualidade”, acrescenta o presidente da AAPNM.

Aliás, a associação está a desenvolver um trabalho no sentido de verificar os resultados da polinização. “Onde há polinização acresce em muito a qualidade e quantidade de fruto por árvore”, garante Manuel Gonçalves.

Tendo em vista a polinização, a AAPNM está a apostar no ordenamento do território, para estudar as zonas onde ainda é rentável colocar colemeias.

CAMPANHA ESCOLAR CADERNOS OXFORD

2,99€

PAUTADOS
QUADRICULADOS

CAPA DE PLÁSTICO RESISTENTE
COM ABERTURA FLEXÍVEL A 180°



Loja 1: Rua Padre António Vieira, Lote 1, R/C esq.

Tel: 273 327 005 - Tlm. 961 955 070

Loja 2: Bairro Artur Mirandela

Rua Camilo Castelo Branco, Lote 1 a 6

Tel/Fax: 273 382 148 - Tlm: 961 955 074

email: geral@brigoffice.pt



brigoffice
papeleria | belas artes

Mel com comercialização garantida

Associação de Apicultores e Agrupamento de Produtores do Parque Natural de Montesinho impulsionam sector

Nasceu para ajudar a modernizar a apicultura e hoje aposta na profissionalização do sector. A Associação de Apicultores do Parque Natural de Montesinho foi criada em 1989, impulsionada pelo parque que lhe dá o nome, para dar apoio aos pequenos apicultores instalados nos concelhos de Bragança e Vinhais.

Manuel Gonçalves, presidente da AAPNM e da Federação Nacional dos Apicultores de Portugal, afirma que a primeira etapa foi substituir os tradicionais cortiços pelas colmeias móveis. “Este processo durou 10 anos e duplicou o número de efectivos de existia. Existiam 5 mil cortiços e passaram a existir 10 mil colmeias móveis depois da criação da associação”, recorda Manuel Gonçalves. Depois surgiu a necessidade de dar assistência técnica aos apicultores, um serviço que foi evoluindo até aos dias de hoje “Criámos um departamento de formação, com a contratação de um técnico para ministrar cursos a todos os apicultores instalados”, sublinha o responsável.

A comercialização foi o passo seguinte. Para tal, foi criado o Agrupamento de Produtores do Parque Natural de Montesinho, para ajudar



os apicultores a venderem o mel. “O objectivo sempre foi de que pelo menos 50 por cento da produção de mel fosse vendida pelos apicultores no local de produção e os restantes 50 por cento iriam para circuitos normais”, explica Manuel Gonçalves.

Lucro garantido

O agrupamento tem ajudado a regular os preços do mel no mercado, o que significa que todos os apicultores conseguem ter lucro com a venda do produto.

Manuel Gonçalves, diz mesmo que os preços do mel têm vindo a subir e os próprios apicultores conseguem escoar toda a produção.

O presidente da AAPNM salienta, ainda, que existe, actualmente, uma estrutura profissional e comercial, que permite aos apicultores terem um espaço onde podem valorizar o seu produto, onde podem comercializar com mais-valia e onde recebem toda a assistência técnica”, garante Manuel Gonçalves.

Dois técnicos a tempo inteiro garantem a formação dos associados e visitam os apiários para fazer o con-

trolo sanitário e da produção.

“Criou-se uma estrutura de comercialização, que se hoje tivéssemos o dobro da produção teríamos mercado para ela”, sublinha Manuel Gonçalves.

O sucesso do mel com o selo do Parque Natural de Montesinho até tem trazido para a região produtores de outras zonas do País e até espanhóis.

Manuel Gonçalves diz que, para já, há espaço para todos e garante que a associação está atenta a este novo fenómeno para garantir os interesses de todos os apicultores.

Apicultura!

ASSOCIAÇÃO DOS APICULTORES DO PARQUE NATURAL DE MONTESINHO

Mel
Agrupamento
de Produtores
Mel do Parque, Lda.

CASA DO MEL
Quintadas Fontainhas
Apartado 231
5301-903 BRAGANÇA
Telef.: (073) 329470
Fax: (073) 329471

Fisioestação alia qualidade e conforto

Novas instalações permitem abrir novas valências para ampliar a oferta de serviços aos utentes

Há cerca de 35 anos no mercado, a Fisioestação abriu recentemente novas instalações em Bragança. O novo espaço oferece melhores condições aos utentes e permitiu abrir novas valências.

A par da Fisioterapia e Fisioterapia, a clínica tem agora consultas de Psicologia, Análises Clínicas, Terapia da Fala e Ortopedia, uma especialidade que abriu há



dois meses. “Nesta área trabalha connosco o Dr. Mário Beça, especialista em astros-copia, traumatologia desportiva e medicina

desportiva. É um ortopedista de renome e há muitas pessoas que o procuram pelo facto de já ter sido médico do F. C. do Porto”, real-

ça o proprietário da Clínica, Carlos Caseiro.

O empresário sublinha que a preocupação foi criar um espaço com melhores condições para os utentes, tendo em conta que as instalações antigas já eram insuficientes para acolher todas as pessoas que procuram os serviços da Fisioestação. “Temos cerca de 130 utentes diários e já não tínhamos espaço para receber toda a gente”, constata Carlos Caseiro.

A Fisioestação conta, agora, com uma equipa composta por cinco fisioterapeutas, recepcionista e médicos das várias especialidades.

A inauguração do novo espaço, próximo da rotunda dos touros, contou com a presença do Dr. Mário Beça.

CAMPANHA

PISCINAS NEWPOOL ISOTÉRMICAS

- . Isolamento térmico - roofmate nas paredes e isoflex no chão, liner à escolha, escadas interiores e buraco incluído*
- . Inclinação permanente 1,1m - 1,8m, refluídos, skimmer, projetor, filtro areia e bomba, aquecimento por bomba de calor aerotérmica, cobertura térmica
- . OFERTAS: KIT de limpeza e aspirador de tomada, chuveiro solar*

*consulte as condições

PISCINAS NÃO TÉRMICAS
A partir de 6.900,00 €*

MEDIDA	VALOR
8,0*4,0 m	13.500,00 €
9,0*4,5 m	14.500,00 €
10,0*5,0 m	16.500,00 €

SPH
soluções para habitação

- Energias Renováveis
- Domótica Only
- Piscinas
- Decoração

Rua Eng. Caldeira Pais, nº 39
5460-304 BOTICAS
Tel./fax. 276 418 130
Tlm 932 346 524
sphabitacao@sapo.pt

APROVEITE TAMBÉM

- . Campanha **ENERGIAS RENOVÁVEIS**
Biomassa (pellets e lenha), Sistemas solares térmico e fotovoltaico, Bombas de calor

36 meses SEM JUROS*

*consulte as condições

New Holland: qualidade e assistência garantidas



Empresa Américo António e Pousa está no mercado há 24 anos e é uma referência na comercialização de máquinas agrícolas

conceituadas, como Echo ou Honda. Em 1991 a empresa começou a comercializar tractores e em 1999 abriu novas instalações na estrada de Vinhais. “Já não tínhamos espaço para ter os tractores e alfaias agrícolas e então abrimos um novo

espaço para termos melhores condições para receber os clientes”, realça Gracinda Pousa. Os anos foram passando e em 2004 a Américo António e Pousa abraça um novo desafio e começa a trabalhar com a conceituada marca de tractores New Holland.

Nasceu num período conturbado da economia portuguesa e hoje assume uma posição de liderança no mercado. A empresa Américo António e Pousa foi criada em 1988, onde ocupava um espaço de pouco mais de 40 metros quadrados, e 24 anos depois é uma referência ao nível da comercialização de máquinas agrícolas.

“Começámos por fazer pequenas reparações de motores de rega e motosserras. Depois os clientes que necessitavam de substituir as máquinas começaram-nos a pedir e acabámos por vender material novo”, conta Gracinda Pousa, sócia da empresa.

Dois anos depois o espaço começou a ser pequeno para acolher todos os clientes e a Américo António e Pousa mudou de instalações. A nova loja foi instalada no Loreto, onde ainda hoje vende pequenas máquinas agrícolas, deste motocultivadoras a motosserras de marcas



Receber bem os clientes

“A nossa marca tem uma gama de tractores que no mercado não há outra com a diversidade de tractores que nós temos. A qualidade não se compara com qualquer outra marca”, enaltece Gracinda Pousa.

A New Holland é considerada uma marca de topo na Europa e há 12 anos que é líder em Portugal.

A relação qualidade preço é o que leva os agricultores a apostar nesta marca de tractores. E mesmo com o abandono da actividade agrícola, Gracinda Pousa diz que ainda se vai fazendo negócio. “Vão-se vendendo umas máquinas. Pena é que o nosso País esteja a atravessar esta crise. Mesmo assim não estamos descontentes”, acrescenta a empresária.

O que distingue o serviço da empresa Américo António e Pousa é mesmo a qualidade e a assistência garantida a todos os clientes. “Somos uma equipa jovem, que aposta na qualidade e na assistência, tanto ao nível da assistência dos nossos técnicos, como de peças para qualquer um dos nossos produtos”, garante Gracinda Pousa.

Para o futuro, a empresa quer continuar a trabalhar com a marca New Holland e melhorar as instalações na estrada de Vinhais, para melhor receber os clientes.

Américo António & Pousa, Lda.

Comércio de Máquinas e Alfaias Agrícolas

**Concessionário
New Holland**

Av. de Vinhais, Km 2

BRAGANÇA

Escritório: 273 322 881

Peças: 273 322 898

Fax: 273 322 888

E-mail: americo.pousa@mail.telepac.pt

Visite-nos em: www.facebook.com/americoantoniopousa



**josé mário
l e i t e**

Director-adjunto do
Instituto Gulbenkian
de Ciência

Eu sei que a minha estreita ligação à Fundação Calouste Gulbenkian pode retirar-me algum distanciamento para uma análise completamente independente sobre este assunto. É verdade. Mas o conhecimento que essa ligação me confere, permite-me falar com conhecimento de causa e, por isso mesmo, poder, com autoridade, questionar resultados, "aparentemente" sérios e isentos.

Palavras Soltas Fundações

A classificação da Gulbenkian no recente "exame" lançado pelo Governo é notoriamente desajustado do valor, papel e importância que esta instituição vê reconhecida por todos. A afirmação e reafirmação de que não há erro algum (apesar da correção feita de uma primeira qualificação de 53,5 para 59,3) em vez de confirmar a má qualificação, pelo contrário, só descredibiliza o método e abre espaço para todas as suspeições. Porque quando um método, por mais científico que se presume, contraria a observação da realidade, manda o bom senso que se questione o método e não a realidade. Ora a realidade conhecida por todos os portugueses (e mesmo por inúmeros estrangeiros) coloca a Fundação Calouste Gulbenkian no pódio das organizações não governamentais do nosso País. Que venha alguém sério defender que o

contributo social de uma Fundação PLMJ (alguém ouviu falar dela?) tem uma relevância superior ou que o valor da Fundação Social Democrata da Madeira tem uma importância muito superior à instituição da Avenida de Berna.

É sobejamente sabido (os políticos têm-no provado à saciedade) que as estatísticas podem apresentar os resultados que quisermos e o seu oposto se isso for pretendido, haja um pouco de arte e engenho na recolha e classificação de dados. Obviamente que a classificação quantitativa de aspectos qualitativos permitem todo o tipo de resultado e por isso nem vale a pena analisá-los. Contudo quando um critério é totalmente numérico vale a pena olhar para ele e perceber o que se faz com ele e como se pode ser tão pouco rigoroso para permitir a confusão que aproveita a quem a quer. Diz-se que a Fundação Calouste Gulbenkian recebeu de apoios públicos 13,5 milhões de euros entre 2008 e 2010. Mas não se explica que esse dinheiro não lhe foi atribuído por despacho de algum Di-

retor Geral, Secretário de Estado ou mesmo Ministro. Esse dinheiro entrou para o Instituto Gulbenkian de Ciência e foi o resultado de dezenas de candidaturas de jovens investigadores que o ganharam em concurso público, universal e com avaliação de um júri internacional de qualidade inquestionável. E também não é dito que o IGC através de investigadores que estão, estiveram ou fizeram o seu doutoramento neste instituto trouxeram para o País nesse mesmo período, só da Agência de Investigação Europeia, projectos e prémios que ultrapassam os 30 milhões!

É certo que há muitas fundações que devem perder os apoios públicos? Claro que sim. Há outras que devem continuar e manter ou reforçar o apoio do Estado? Sem dúvida. Mas para que o processo que vai suportar a decisão não seja olhado com desconfiança seria muito importante que os resultados do mesmo tivessem um pouco mais de aderência à realidade tal qual é óbvia e claramente percebida por todos?



**luís frólén
ribeiro**

Professor
e Investigador
(IPB)

**"Como um penálti
falhado faz
aumentar os preços
os combustíveis!"**

Tive um colega kuwaitiano que defendeu um penálti no jogo decisivo com o Iraque nas eliminatórias do Mundial de 1982,

Penálti defendido

garantindo a presença do Kuwait nesse mundial. A recompensa do Emir foi uma pequena fortuna, que permitiu a este ex-jogador frequentar uma pós-graduação no Reino Unido mantendo um estilo de vida de playboy.

Cada vez que os combustíveis sobem lembro-me deste colega. Ainda estamos a pagar pelos caprichos dos Emires, dos príncipes, dos seus primos e afilhados. Extravagâncias como Rolls Royce a ouro ou pistas de ski no deserto custam muito a qualquer um. Quando os donos de mais de metade do petróleo do mundo (56 por cento das reservas) ficam com os bolsos vazios, a solução é simples: tornam o seu produto ligeiramente mais difícil de obter – aumentando o seu preço no mercado global – voltando a encher os seus bolsos rapidamente. Tão simples como isso!

Em Dezembro de 1999 a Arábia Saudita apresentava níveis elevadíssimos de endividamento público – 103,5 por cento do seu PIB, causando problemas como o aumento

dos juros dos empréstimos, contribuindo para um clima recessivo e de possível austeridade sobre as sociedades do golfo. Note-se que até se falava em cobrar impostos aos cidadãos!

A década de 2000 começou com o atentado às torres gémeas, a guerra e ocupação do Iraque, seguida mais recentemente pela instabilidade causada pela primavera árabe. Acrescente-se o crescimento acelerado de muitos países, dois dos quais os mais populosos do mundo, Índia e China; estão criadas as condições ideais para o aumento sistemático do preço do petróleo. Em 10 anos, a Arábia Saudita reduziu a sua dívida pública em quase 10 vezes, passando dos 103,5 para 10,8 por cento do PIB em Dezembro de 2010. Uma contracção fantástica provocada pelo aumento brutal da receita do petróleo.

Os defensores do mercado liberalizado argumentam que, com o aumento da procura, aumenta o preço do petróleo. Mas o mercado

do petróleo não é liberalizado; uma boa quantidade do petróleo mundial é administrada por um grupo restrito de países que decide qual o preço pelo seu petróleo – o Cartel da OPEP. Não há lei da oferta e da procura, mas sim a lei do come e cala. A OPEP decide unilateralmente as quotas de produção, condicionando assim os preços.

Países muito dependentes do petróleo estão expostos aos ditames da OPEP, como é o nosso caso. Dependemos energeticamente do exterior em 76,6 por cento, dos quais mais de metade é petróleo e seu derivados (51 por cento). Mais de 40 por cento da energia que consumimos é no sector dos transportes e a tendência é aumentar já que construímos mais auto-estradas, fechamos linhas de comboios e promovemos o transporte em veículo privado – e em muitas situações - com apenas 1 condutor. Cada deslocação, cada quilómetro ou cada engarrafamento é uma boa contribuição nossa aos caprichos dos emires. É urgente uma política pública e articulada de transportes – principalmente nos grandes centros urbanos. É insustentável tanta falta de sustentabilidade.



**antónio
verdelho**

docente do IPB

2013: O ano do combate à evasão fiscal?

Foram publicados no Diário da República de 24 de Agosto, para entrar em vigor em 2013, os Decretos-Lei n.ºs 197 e 198, que estabelecem novas medidas de combate à fraude e evasão fiscal, as quais assentam em cinco pilares fundamentais: 1 – Factura obrigatória em todas as transacções; 2 – Transmissão electrónica à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de todas as facturas emitidas; 3 – Criação de um incentivo ao nível do IRS; 4 – Alteração do regime de bens em circulação 5 – Colaboração da GNR no combate à fraude fiscal, através duma maior proximidade com a AT.

De acordo com a primeira alteração, deixa de ser possível emitir para suporte das transacções outro documento que não seja a factura – cada transacção uma factura. Através da segunda medida – transmissão das facturas à AT – as empresas ficam obrigadas a comunicar até ao dia 8 do mês seguinte, os elementos (NIF's, data e N.º da factura, valor da prestação e taxa e valor do IVA) das facturas emitidas no mês anterior.

Um dos objectivos subjacente a esta comunicação, é que a AT disponibilize aos particulares, no Portal das Finanças, até ao final do mês seguinte ao da sua emissão as facturas que titulem serviços prestados por restaurantes, hotéis, mecânicos e cabeleireiras, com vista à dedução ao IRS de 5 por cento do IVA suportado, com o limite anual de 250 euros. A medida seguinte, pretende assegurar um controlo mais eficaz das guias de transporte usadas na circulação de bens, e tem em vista impedir a sua destruição ou viciação após a realização do transporte. Esse novo controlo vai obrigar as empresas que vendam mais de 100.000 euros, a transmitir à AT previamente à realização do transporte os elementos das respectivas guias, bem como as subsequentes alterações.

Independentemente destes passos serem na direcção certa – atacar a evasão fiscal é sempre a melhor medida de política fiscal, seja em que situação for – levanta-se a questão de saber se as empresas tem condições (financeiras, humanas e outras) para implementar as novas exigências e se os particulares vão achar os valores estabelecidos com dimensão suficiente para alterar o seu comportamento.

Atentos a isso, a primeira observação a fazer prende-se com a relativa injustiça que é cometida para com os contribuintes com menores rendimentos. Com efeito, para que se possa utilizar na plenitude este benefício é necessário acumular facturas com um valor anual de IVA de 5.000 euros, o que desde logo implica um gasto mensal só nestes serviços de mais de 2.000 euros. Isso significa, face a dados de 2010, que cerca de 83 por cento das famílias (3,9 dos 4,7 milhões de agregados familiares que entregaram IRS) ficam de fora, uma vez que declararam rendimentos mensais inferiores aos aludidos 2.000 euros. Em termos operacionais, este benefício é semelhante ao criado em 2003 por Manuela Ferreira Leite, o qual tinha como ponto fraco o reduzido limite

de dedução. Na nova versão o legislador estabeleceu uma percentagem cinco vezes inferior à da primeira (desceu de 25 por cento para 5 por cento) e um limite de dedução cinco vezes superior ao anterior (de 50 para 250), agora por membro do agregado familiar. Assim, numa família de três pessoas o limite da dedução passa para 750 euros, pelo que para o atingir é preciso gastar num ano mais de 76.000 euros, o que deixa transparecer que as contas não batem certo: ou a taxa é demasiado baixa, o limite excessivo, ou então é o legislador que não faz a mínima ideia do valor dos salários em Portugal.

Uma factura de 123 euros dá lugar a um benefício no IRS de 1,15 euros, poupança que em termos percentuais não chega a 1 por cento do preço pago, pelo que importa colocar a seguinte questão: Uma medida que dá como prémio menos de 1 por cento do preço pago, será suficiente para motivar o cidadão a exigir factura? E se lhe for sugerido o esquema do duplo preço – com ou sem IVA? Se num serviço que custe 1.000 euros o fornecedor colocar em alternativa receber 1.230 euros com factura (o que dá crédito de IVA de 11,5 euros) ou 1.000 euros sem factura, o que de imediato dá 230 euros, qual acha que será a opção do cliente? Muitas pessoas irão, muito compreensivelmente, escolher a segunda opção, colocando assim em causa a bondade e a eficácia da norma. Será, pois, recomendável que se aumente a taxa de dedução, até porque pode ser necessário compensar um eventual aumento do preço destes serviços, devido à repercussão do IVA no cliente, sendo certo que o Secretário de Estado Paulo Nuncio já veio afirmar que quer os valores, quer o número de sectores de actividade, podem ser aumentados em qualquer altura.

Enquanto isso não acontece, lembre-se que pedir factura é obrigar alguém a pagar o imposto que é devido. Não a pedir é, indirectamente, aumentar os impostos aos que cumprem.

"Se num serviço que custe 1.000 euros o fornecedor colocar em alternativa receber 1.230 euros com factura (o que dá crédito de IVA de 11,5 euros) ou 1.000 euros sem factura, o que de imediato dá 230 euros, qual acha que será a opção do cliente?"





**susana
santos**

Jurista e docente
no IPB

Qual é a legislação que regula os contratos de crédito ao consumidor? Quais as informações a fornecer ao consumidor antes da própria celebração do contrato de crédito? Como é que o credor poderá avaliar se o consumidor estará ou não em condições de honrar os compromissos financeiros? Saiba responder a estas e a outras questões.

Importância do Crédito. O crédito é um factor fundamental para o desenvolvimento económico e desempenha um papel notável na melhoria da qualidade de vida das famílias portuguesas. O crédito em si não é um problema; todavia, este surge quando o endividamento passa a ser sobreendividamento, o que significa que o consumidor não tem ou deixa de ter capacidade para pagar as suas dívidas. Existem sobretudo dois tipos de instituições que concedem crédito: as instituições de crédito (os bancos) e as sociedades financeiras, em particular as sociedades financeiras para aquisição a crédito (SFAC's).

Enquadramento Legal. O Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, estabeleceu o novo regime jurídico dos contratos de crédito aos consumidores e revogou o Decreto-Lei n.º 359/91 de 21 de Setembro. A nova lei entrou em vigor no dia 1 de Julho

Contratos de crédito ao consumidor

de 2009; e quanto à questão da aplicação da lei no tempo, existe um regime transitório: todos os contratos celebrados até essa data são regulados pelo Decreto-Lei n.º 359/91, de 21 de Setembro. Vamos assistir, desta forma, à aplicação simultânea dos dois diplomas durante alguns anos.

Mudança de paradigma. Assistiu-se, a partir da década de 90, à expansão do mercado do crédito em Portugal e a uma concessão do respectivo crédito desenfreado. Há quem o apelide de crédito selvagem... Hoje presenciamos uma inversão de paradigma: o grande objetivo do legislador foi incentivar práticas responsáveis no mercado do crédito.

Dever de informação. A informação deverá ser clara, verdadeira e completa. Nas informações pré-contratuais, o dador do crédito terá que entregar ao consumidor a Ficha sobre Informação Normalizada Europeia em matéria de Crédito aos Consumidores, para que este possa comparar diferentes ofertas, a fim de tomar uma decisão com conhecimento de causa quanto à celebração de um contrato de crédito. Este formulário tem que conter obrigatoriamente o tipo de crédito; a identificação e endereço geográfico do credor ou do mediador; o montante total do crédito; a duração do contrato de crédito; a taxa nominal; a Taxa Anual de Encargos Efetiva Global (TAEG) e o montante total imputado ao consumidor; o tipo, montante, número e a periodicidade dos pagamentos; os custos notariais; a taxa de juros de mora em caso de incumprimento; as consequências da falta de pagamento; a existência do direito de retratação; o direito de reembolso antecipado, se for o caso, entre muitos outros elementos previstos na lei.

Avaliação da Solvabilidade do Consumidor. O credor tem a obri-

gação de avaliar a solvabilidade do consumidor, antes da concessão do crédito. Para tal poderá consultar a Central de Responsabilidades de Crédito: uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal tendo em conta as comunicações feitas pelas instituições de crédito sobre os créditos concedidos aos consumidores.

Poderá, ainda, consultar a Lista Pública de Execuções, onde cons-



tam as execuções já extintas, acessível a todos os cidadãos através de uma base de dados pública e livre. É possível aceder a esta lista pública de execuções, através do Portal Citius – <http://www.citius.mj.pt/portal/execucoes/listapublicaexecucoes.aspx> – que se encontra online desde o dia 31 de Março de 2009.

Celebração do contrato de crédito. O contrato deverá ser reduzido a escrito (em papel ou noutro suporte duradouro – USB, CD, DVD, entre ou-

tros), especificando uma série de elementos; caso contrário não será válido.

Direito de arrependimento. O consumidor dispõe de um prazo de 14 dias de calendário para exercer o

direito de revogação do contrato de crédito. Nem sequer precisa de justificar a sua decisão. Este prazo começa a contar a partir da data da celebração do contrato de crédito ou a partir da data de recepção pelo consumidor do exemplar do contrato, se for posterior.

Contratos de Crédito Coligados.

O contrato de crédito poderá estar coligado a um contrato de compra e venda ou de prestação de serviços específico se se preencherem dois elementos. Em primeiro lugar, o crédito tem de servir exclusivamente para financiar o pagamento do preço do bem ou do serviço específico (e não de bens e de serviços em geral, afastando-se, assim, os cartões de crédito). Por último, ambos os contratos têm de constituir uma unidade económica, em que o credor é o financiador ou na hipótese do financiador ser uma terceira pessoa, apenas se houver menção do bem ou serviço no contrato de crédito ou se houver uma relação de colaboração entre vendedor e financiador (ex: o vendedor tem no seu estabelecimento os formulários a preencher). Se o contrato de crédito for inválido repercute-se no contrato de compra e venda. E a invalidade ou revogação do contrato de compra e venda repercute-se no contrato de crédito.

Para perguntas e sugestões:

comtododireito@ipb.pt

Fisco aperta o cerco às empresas



Novas regras para a facturação obrigam empresas a certificar programas informáticos e a comunicar a informação às Finanças

me de negócios igual ou superior a 150 mil euros. Com a publicação da Portaria nº 22-A/2012, o volume de negócios desceu dos 150 mil euros para 125 mil euros (enquadramento em 2012) e 100 mil euros (enquadramento em 2013).

Guias de transporte electrónicas

Há alterações significativas na facturação das empresas já no próximo ano. O Ministério das Finanças anuncia novas regras, que obrigam quem emite as facturas a ter mais rigor neste processo.

Para esclarecer os empresários, o grupo Moneris, em parceria com a Associação Empresarial do Distrito de Bragança – NERBA, organizou uma sessão de esclarecimento sobre a facturação certificada.

“Estamos perante uma pequena revolução que toca em particular a nossa região e o nosso tecido empresarial”, salienta Nuno Costa Gomes, do grupo Moneris.

A facturação certificada é mais uma medida de combate à fraude e evasão fiscais.

Começou com a publicação da Portaria 363/2010, que se aplicava, apenas, a quem tivesse facturação informática, emitisse anualmente mil ou mais facturas e tivesse, em 2010, um volume de negócios igual ou superior a 250 mil euros. A mesma portaria já previa que, para 2012, a exigência seria alargada a quem tivessem, em 2011, um volu-

Com a nova portaria, a única alteração que vai entrar em vigor em 2013, relativamente à facturação certificada, é que passam a ser abrangidos os sujeitos passivos que em 2012, tenham um volume de negócios igual ou superior a 100 mil euros (desde que emitam mil facturas ou mais).

Mas há mais alterações. “Todos os sujeitos passivos de IVA que facturarem, até ao dia 8 do mês seguinte, têm que enviar uma listagem em suporte digital para a Administração Tributária. Todos sem excepção”, alerta Nuno Costa Gomes.

As guias de transporte também têm que ser emitidas antes da saída da mercadoria e enviadas via electrónica para as Finanças. Qualquer alteração também tem que ser comunicada, de imediato, a este organismo de fiscalização.

Nuno Costa Gomes diz mesmo que estas novas medidas vão afectar cerca de 90 por cento do tecido empresarial do distrito de Bragança.

ENCONTRO DE CINEMA, SOM E TRADIÇÃO ORAL

ANAMNESIS

VIMIOSO 5-6-7

CAÇARELHOS OUT. 2012

6ª Edição do Encontro de Cinema, Som e Tradição Oral de Trás-os-Montes. Mais uma vez criamos um espaço de encontro para falar e ver cinema em Trás-os-Montes, nesta edição reunimos alguns filmes que foram feitos na região, aproveitando para reflectir sobre a forma como se representa esta região através do cinema. Com a presença dos realizadores, teremos oportunidade para conhecer os desejos e processos que levaram à obra final.

SEXTA-FEIRA 5 DE OUTUBRO
21:30 Local: AUDITÓRIO MUNICIPAL DE VIMIOSO

JESUS POR UM DIA
Verónica Castro e Helena Iverno | 71' PORTUGAL 2012

O documentário segue de perto os prisioneiros duma cadeia transmontana, aos seus preparativos da encenação da Via Sacra desde os primeiros ensaios até ao dia da precissão, com todos os seus momentos solenes e surreais – um encontro entre condenados que comungam, real e simbolicamente, com uma comunidade rural. Com a presença das realizadoras.

SÁBADO 6 DE OUTUBRO
15:00-18:00 Local: ESCOLA PRIMÁRIA DE CAÇAREHOS

FILMAR A RAIA

Notas sobre a realização de um documentário realizado por Ivna Castiñeiras, entre o concelho de Vinhais (Portugal) e o Ayuntamiento de A Mezquita (Galiza-España). Com a presença do realizador.

21:30 Local: CURRALADA (LARGO DA IGREJA DE CAÇARELHOS)

A VIDA AO LONGE
Marc Weymüller | 81' FRANÇA 2011

O Barraso é uma região isolada de Portugal onde se continua a viver ao ritmo lento dos rebanhos e das estações. Ai assistimos aos últimos suspiros de um modo de vida ancestral. Cada um sabe que o fim se aproxima e revela em segredo os meandros de memórias esparsas. A memória resiste, o cenário faz de espelho. Ao lembrar-nos do que éramos, reflecte também aquilo em que nos tornámos. Com a presença do realizador.

DOMINGO 7 DE OUTUBRO
21:30 Local: AUDITÓRIO MUNICIPAL DE VIMIOSO

É NA TERRA NÃO É NA LUA
Gonçalo Techa | 180' PORTUGAL 2011

Em 2007, um homem-câmara e um homem-som chegam à Ilha do Corvo, a mais pequena das Açores. Em pleno Atlântico, o Corvo é um rochedo alto, medido 6km por 4km, com uma cratera de vulcão e uma única vila de 440 pessoas. Gradualmente, a equipa de rodagem é aceita por uma civilização com quase 500 anos de vida mas com poucos registos e memória escrita.

ORGANIZAÇÃO: ASSOCIACÃO DE ARTE CINE

IPB acolhe evento mundial

2.ª Conferência da Rede de Universidades de Ciências Aplicadas realiza-se em Bragança

A uniformização do ensino politécnico de Portugal com o que é ministrado no resto da Europa foi um dos temas que esteve em cima da mesa na 2.ª Conferência da Rede de Universidades de Ciências Aplicadas (UASnet), que se realiza em Bragança.

Cerca de duas centenas de pessoas de todo o mundo deslocaram-se ao Instituto Politécnico de Bragança (IPB), e também tiveram oportunidade de conhecer o distrito de Bragança.

Representantes das Universidades de Ciências Aplicadas, que em Portugal são conhecidas como Institutos Politécnicos, da Europa, América do Norte, América do Sul, África e Ásia estão na capital de distrito para debater o papel das instituições de ensino superior no contexto europeu e mundial. Os participantes chegaram a Bragança no passado sábado, para um programa cultural, e ontem e hoje debatem questões cruciais para o ensino superior.

“É um congresso de grande impor-



tância para os Politécnicos de Portugal”, enaltece Sobrinho Teixeira, presidente do IPB e do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP).

A investigação é outro dos temas em destaque neste encontro. O objectivo é haver troca de experiências entre os diferentes centros. “Em Bragança temos três centros,

um na área da Engenharia Química, outro na área da Agricultura e outro na área da Saúde e Desporto. Esta é uma oportunidade para conhecer outros centros, estabelecer parcerias e desenvolver projectos conjuntos”, enaltece o presidente do IPB. Neste sentido, também se vai dar relevo aos centros de investigação aplicada.

A crise europeia também fez parte do programa. A representante da União Europeia Maria da Graça Carvalho abordou a importância das instituições de ensino superior para o futuro da Europa e para o futuro da Europa das regiões. “A Europa está fragilizada pela situação dos diversos Países e ou se separam ou se unem mais. E eu estou convicto que essa Europa vai caminhar para uma Europa Federalista e isso implica uma afirmação cada vez maior das regiões”, sublinha Sobrinho Teixeira.

A dimensão do evento é vincada pela presença de 36 reitores dos institutos politécnicos brasileiros. Aliás, o encerramento da Conferência vai contar com a presença do ministro da Educação e Ciência, Nuno Crato, que preside à formalização de acordos e protocolos com o governo brasileiro, que permitirá a vinda de 1500 estudantes para Portugal, ao abrigo do programa Ciência Sem Fronteira, bem como um acordo para o reconhecimento de cursos entre as instituições de ensino superior dos dois países.



IPB reforça cooperação com instituições de ensino superior brasileiras

O Instituto Politécnico de Bragança (IPB) recebe alunos brasileiros ao abrigo do Programa Ciência Sem

Fronteiras já este ano lectivo. Trata-se de uma iniciativa do Governo Federal do Brasil, lançado no ano passado, que visa promover a consolidação, a expansão e a internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira, através do intercâmbio de alunos de graduação

Bragança sem fronteiras

e pós-graduação e de docentes e investigadores.

A principal acção do programa consiste na disponibilização de bolsas para estudantes e docentes brasileiros, que irá promover a mobilidade internacional para Instituições de Ensino Superior (IES) de vários países, incluindo Portugal.

O IPB possui uma extensa rede de cooperação com instituições do Brasil, envolvendo as suas principais Universidades e Institutos Federais. O vice-presidente do IPB, Luís Pais, sublinha que no âmbito deste projecto, iniciado há quatro anos atrás, a instituição já enviou e recebeu mais de 250 estudantes em mobilidade internacional. Esta experiência contribuiu para a visibilidade

do campus académico da capital de distrito no espaço de ensino superior brasileiro e justifica a actual procura de Bragança por estudantes e docentes brasileiros no âmbito deste novo programa.

Por outro lado, o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos Portugueses (CCISP), actualmente presidido pelo IPB, estabeleceu um protocolo com as instituições brasileiras responsáveis pela gestão do programa, que garantirá a recepção de 6 mil estudantes nos vários Institutos Politécnicos portugueses durante os próximos quatro anos.

Actualmente, a mobilidade internacional do IPB é superior a 700 estudantes por ano.

Agrária recebe alunos estrangeiros

Oito licenciaturas com continuidade para Mestrado contaram, este ano, com um ligeiro aumento do número de alunos

Para contrariar a diminuição do número de alunos que procuram as Ciências Agrárias, a Escola Superior Agrária de Bragança (ESAB) aposta na internacionalização. Actualmente, o estabelecimento de ensino da capital de distrito tem parcerias com escolas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), para que os alunos oriundos destes países possam fazer parte da sua formação em Bragança. Actualmente, a escola disponibiliza oito licenciaturas, que têm continuidade para mestrado. O director da ESA, Albino Bento, sublinha que houve uma evolução ao nível das áreas de formação e que a par das formações em Ciências

Agrárias, também há cursos virados para as Engenharias, como é o caso de Engenharia do Ambiente ou Biotecnologia.

“Os nossos cursos são iminente-mente práticos e estão vocacionados para o empreendedorismo”, sublinha o responsável.

Em termos de empregabilidade, o director da escola não tem dúvidas que os recém-formados na Agrária conseguem colocação no mercado de trabalho com facilidade.

Mesmo assim, Albino Bento reconhece que a maioria dos jovens prefere outras áreas de formação, talvez pelo facto de a Agricultura ter sido vista, durante muito tempo, como uma actividade menor. “O reduzido número de alunos regista-se em toda a Europa”, sublinha o responsável. Albino Bento dá o exemplo da Engenharia Florestal. “Apenas quatro instituições no País têm este curso. O número de vagas é reduzido. Por ano saem menos de 30 engenheiros florestais formados”, salienta o director da ESA.

Este ano, a escola conta com cerca



de 900 alunos. “É um número que não gostaríamos de baixar”, ressalva Albino Bento.

A qualidade da formação aliada à investigação é a imagem de marca da ESA. “O grande passo que se deu em termos da qualificação do corpo docente, permite-nos ter uma resposta muito boa em termos de investigação e isso é importante para

a nossa oferta formativa”, sublinha o director da Agrária.

O trabalho desenvolvido pelo estabelecimento de ensino também está virado para a comunidade. Em termos de investigação a escola ocupa um lugar pioneiro a nível nacional e também desenvolve projectos de investigação para as empresas, associações e cooperativas locais.

Mais de um milhão de Downloads

Biblioteca Digital do IPB compila cerca de 6500 documentos, dos quais 87 por cento estão em acesso livre

A Biblioteca Digital do IPB ultrapassou, recentemente, um milhão de “downloads”. Os seus artigos foram descarregados mais de um milhão de

vezes por pessoas de todo o mundo. Quase meio milhão de “downloads” é feito de Portugal, seguido do Brasil e dos Estados Unidos, com perto de 150 mil e 100 mil downloads, respectivamente.

A Biblioteca Digital do IPB, criada em 2006, é um repositório electrónico onde é depositada toda a produção científica da instituição e pode ser acedido no endereço <https://bibliotecadigital.ipb.pt/>.

O objectivo deste repositório é permitir o livre acesso à produção científica dos investigadores do IPB, que ganha assim uma maior divulgação e visibilidade.

Esta plataforma também contribui para a preservação da memória intelectual da instituição.

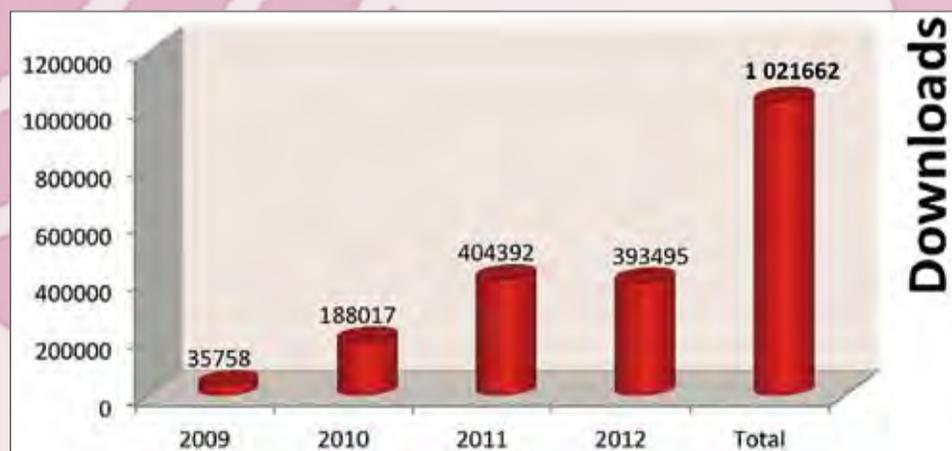
O IPB foi a primeira instituição do ensino superior em Portugal a aprovar uma política de obrigatoriedade de depósito de todas as publicações produzidas pelos docentes/investigadores num repositório. Foi também a primeira instituição portuguesa a interligar a biblioteca digital com outras plataformas, em particular com o sistema de avaliação dos docentes.

“Rapidamente o IPB assumiu nesta matéria uma posição de destaque no panorama nacional, sendo uma das instituições nacionais com maior volume de artigos depositados em livre acesso. Com cerca de 6500 documentos, dos quais 87 por

cento estão disponíveis em acesso livre, este repositório posiciona-se em 4.º lugar a nível nacional no Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal”, realça a coordenadora dos Serviços de Documentação e Bibliotecas do IPB, Clarisse Pais.

A responsável sublinha que o sucesso da Biblioteca Digital se explica por ter sido uma instituição pioneira a construir uma plataforma desta natureza e a implementar uma política interna de livre acesso, bem como pela qualidade e quantidade de produção científica dos seus investigadores.

“Na verdade, se tomarmos os rankings recentes sobre o posicionamento das instituições de investigação a nível mundial, construídos com base na produção científica que é publicada em revistas internacionais de prestígio, o IPB aparece numa posição cimeira no conjunto das universidades portuguesas”, realça Clarisse Pais.



ACEITE O NOSSO CONVITE E VENHA VISITAR O PARQUE BIOLÓGICO DE VINHAIS



APROVEITE PARA CONHECER OS NOVOS EQUIPAMENTOS



CENTRO INTERPRETATIVO
DAS RAÇAS AUTÓCTONES
PORTUGUESAS



CENTRO HÍPICO



BUNGALOWS

PROMOÇÕES ESPECIAIS PARA GRUPOS



Pode ainda adquirir o BILHETE ÚNICO e
desfrutar comodamente de Vinhais por inteiro.
Venha, do que é que está à espera?

www.parquebiologicodevinhais.com

Parque Biológico de Vinhais, Alto da Cidadelha, Apartado 15, 5320 Vinhais
Telefone/Fax: 273771040 • Telemóvel: 933260304 • geral@parquebiologicodevinhais.com



Parque
Biológico
Vinhais